

Gregori quer caso de Eldorado julgado em Belém

O secretário nacional de Direitos Humanos, que receberá prêmio da ONU no dia 10, diz que a manutenção do caso da morte de 19 sem-terra em Marabá e a escolha de jurados ligados aos réus mostra "o poder dos envolvidos no crime"

SANDRA SATO
e PEDRO LUIZ RODRIGUES

BRASÍLIA – O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, teve a grata surpresa de ser o escolhido das Nações Unidas para receber prêmio de direitos humanos, justamente no ano em que a organização completa 50 anos. Ele entra para a galeria de personalidades composta por Nelson Mandela e Martin Luther King, entre outros, além da Anistia Internacional, todos já agraciados com o mesmo prêmio.

O secretário, a ser premiado no dia 10, disse, em entrevista ao Estado, que o governo brasileiro virou réu internacional no caso da morte de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996, apesar de não ser o autor. Para ele, o governo já "usou a pressão democrática no limite" para punir os policiais que mataram os sem-terra. Gregori afirma que a manutenção do caso na comarca de Marabá e a escolha de jurados ligados aos réus demonstra "o poder dos envolvidos no crime". O secretário quer a transferência do julgamento para Belém.

Gregori anunciou que o governo quer aproveitar o peso da legitimidade das urnas para aprovar, no primeiro semestre de 99, o projeto que autoriza a federalização de crimes contra os direitos humanos. A amizade com o presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo ele, não significa "cadeira cativa" no segundo mandato. Mas ele quer permanecer como secretário de Direitos Humanos para trabalhar com crianças e adolescentes.

Estado – Essa história de direitos humanos soa mais como conversa de elite. O povão mesmo não compreende esse conceito. O senhor poderia traduzir?

José Gregori – Quando a pessoa apanha da polícia sem saber, não é defendida pela polícia como precisaria, não tem possibilidade de ir à Justiça fazer valer um direito seu ou, quando por ser mulher, negra, vê que não está tendo o mesmo tratamento de um branco, aí podemos dizer que seus direitos humanos estão sendo ameaçados ou ofendidos.

Estado – O Brasil não tem tido vergonha de admitir suas mazelas nesse campo?

Gregori – A conduta internacional do Brasil no campo dos direitos humanos não é mais de se servir da soberania como um escudo para não responder. A nossa lei agora é a da transparência. Vale dizer o seguinte: a maioria das mazelas contra os direitos humanos é de antes de 95. Em segundo lugar, nós estamos, tanto quanto aquele que fez a queixa à Comissão Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos, que funciona em Washington, trabalhando para desfazer a mazela.

Estado – Mas as mortes de Eldorado dos Carajás ocorre-

ram já no governo Fernando Henrique.

Gregori – Esse caso é de 96. Mas o governo federal, desde o primeiro momento, apesar de ser um caso estadual e de atribuição da Justiça local, não teve nenhuma cerimônia. O Jobim foi lá na primeira hora comigo e a gente levou perito, porque o perito estadual não era de confiança. Depois, a gente conseguiu que houvesse um juiz especial para julgar o caso, porque a coisa não andava. Mudamos a lei que fazia com que os policiais militares fossem julgados somente pelos tribunais militares para que os 155 policiais se sentem na cadeira de réus do Tribunal do Júri, em que eu ou você sentaríamos.

Estado – Mas o caso até hoje não foi julgado. Não seria adequado o governo voltar à ativa nesse caso, até porque os jurados escolhidos são ligados aos réus e podem comprometer o julgamento?

Gregori – A procuradoria do Pará entrou com recurso para tirar o julgamento das cidades em que existe muita influência de fazendeiros e passar para a capital do Estado, um lugar em que há maior coeficiente de neutralidade. Nós vamos fazer força dentro das limitações.

O governo já usou a pressão democrática no limite que pode. Não tem mais espaço. O que posso fazer é dar minha manifestação da cidadania. Não é ingerência. Mas é importante para formar opinião. O juiz não julga no vácuo. Agora, mais do que isso, a gente, técnica e legalmente, não tem como agir agora.

Estado – O senhor reclama que o governo brasileiro acaba sendo o réu internacional por crimes como o de Carajás. O senhor acha que o Brasil já recuperou parte da imagem negativa que teve por causa desse crime?

Gregori – Acho que o prêmio das Nações Unidas não deixa de ser um sinalzinho. Eu tenho a impressão que eles não dariam esse prêmio para a Iugoslávia, nem dariam para o Pinochet. Na realidade não deixa de ter um reconhecimento de que alguma coisa mudou aqui. Os últimos relatórios internacionais, sem exceção, indicam que o governo está fazendo um esforço para mudar a situação. O governo criou uma secretaria especializada e tem um programa nacional de direitos humanos. É uma mudança de atitude. O Brasil recebeu elogios pelo que está fazendo quanto ao trabalho forçado: o camarama começa a trabalhar numa fazenda e tem de comprar os alimentos, a roupa, tudo que ele usa com o patrão; depois, de repente, ele quer ir embora, mas ele deve, não pode ir embora, tem de trabalhar até pagar a dívida. Para coibir esse tipo de trabalho o governo federal, nos últimos 14 meses, desapropriou três fazendas no Pará e em Goiás. Trabalhavam nessa situação 12 pessoas numa fazenda, na outra eram 8 e na outra, 20. Há um re-



Secretário de Direitos Humanos afirma que, se continuar no governo, pretende promover a reforma das polícias

conhecimento que o Brasil mudou. Agora, é claro que não mudou ainda a violência no Brasil, que continua muito alta; o desrespeito aos direitos humanos continua muito alto.

Estado – O que impediu que o caso Carajás fosse transferido de Marabá para Belém?

Gregori – Foi uma decisão realmente incompreensível. Se dizia que não havia condições de fazer o julgamento em Carajás. Aí, foi determinada a transferência para Marabá, onde o nível de isenção também fica sob suspeita. Isso significa que o poder dessas pessoas envolvidas é grande.

Estado – Na medida em que se reforça o conceito de direitos humanos, o sentimento de cidadania das pessoas cresce e violações aos direitos humanos tornam-se menos aceitáveis.

Gregori – Não há dúvida. Um caso como Carajás, que repete desde Canudos uma tragédia nacional, ganhou a primeira página e até hoje não saiu da primeira página. Quer dizer, a mídia foi contagiada por essa posição de não aceitar mais os atentados aos direitos humanos. Hoje existe uma cobrança não só interna como externa em todos os níveis.

Estado – Existem alguns crimes nos Estados Unidos, por exemplo, seqüestro ou quando o ladrão de banco muda de Estado, que passam por uma certa jurisdição federal. Haveria possibilidade de copiar esse modelo?

Gregori – A Câmara já está discutindo uma emenda constitucional pela qual um determinado crime pode ser transformado em crime contra os direitos humanos. E, na hora em que ele for transformado, o procurador-geral da Fazenda e o procurador-geral da República podem fede-

ralizar esse crime que será apurado e julgado no campo federal. É uma das nossas prioridades para o primeiro semestre de 99. Queremos pegar o governo bem robusto em legitimidade para conseguir passar isso.

Estado – O que muda na prática com a federalização do crime?

Gregori – Se já tivesse essa lei, o caso de Carajás – eu tenho a impressão – já teria sido julgado, porque a Polícia Federal teria apurado isso com mais rapidez. Inclusive a responsabilidade nossa, do governo federal, também seria caracterizada porque a Polícia Federal pertence ao governo federal. Agora, o que ocorre é o seguinte: quando há esses atentados aos direitos humanos, o governo federal não tem nada a ver com isso, não tem meios técnicos de interferir e, no entanto, vira réu internacional, que tem de se defender, que é acusado, etc. Um petista descabelado, há dois anos, chegou a dizer que a responsabilidade por esse massacre era do presidente da República.

Estado – Por essa lei, qualquer crime pode ser federalizado?

Gregori – Qualquer um. Depende da decisão do procurador-geral da República.

Estado – Por exemplo, se alguém arrumba uma casa, arrebita a propriedade e, no fim, mata 50 pessoas, o criminoso terá de responder pelo grande crime, que será federal, de ter matado de maneira bárbara. Mas poderá também responder pela miudeza?

Gregori – De repente, aqui no Brasil, pode haver também o que a gente chama tecnicamente de duplo conhecimento ou duplo julgamento por crimes diferentes, mas praticados, digamos assim, no mesmo pacote.

Estado – O mundo discute se o ex-ditador Augusto Pinochet deve ser extraditado para a Espanha para ser julgado pelos crimes cometidos em seu governo. Isso anos depois de deixar o poder. Como o senhor avalia esse pedido?

Gregori – A consciência universal nesse momento pretende mostrar que finalmente os ditadores não são intocáveis, que acabou a intocabilidade das ditaduras. Quer dizer, já vamos entrar no século 21 com essa idéia de que não há mais ditadores intocáveis. Agora, a forma, o modo e o lugar de acertar as contas com o ditador é o Tribunal Universal Penal que foi criado com a colaboração vigorosa do Brasil, em julho, em Roma. O tribunal deve levar uns dois anos para estar funcionando e o local da provável sede deverá ser Haia.

Estado – O deputado Nilmário Miranda (PT-MG) defende que, se a corte inglesa liberar Pinochet e ele, no caminho de volta, passar pelo Brasil, o governo deveria retê-lo para responder pelas mortes de brasileiros no Chile. O senhor concorda?

Gregori – Olha, eu compreendo o sentimento do deputado, mas, sob o ponto de vista jurídico, acho que a posição dele é discutível.

Estado – O senhor acredita que Pinochet pode ser o primeiro a ir a julgamento no tribunal universal, caso esteja vivo daqui a dois anos?

Gregori – Não há dúvida que ele e outros ditadores, com o passivo que têm, poderiam ser julgados. Eu não tenho muita simpatia por essa idéia de um país ou dois quererem falar em nome da consciência universal. Acho que isso tem de ser tratado por um tribunal que tenha a legitimida-

de e o consenso de todas as nações.

Estado – Os militares brasileiros que torturaram e perseguiram pessoas foram anistiados. Vamos supor que a Espanha tenha perdido cinco cidadãos aqui e não queira fazer parte desse perdão. Esse país poderia recorrer a esse tribunal?

Gregori – O país poderia acionar esse tribunal, mas dificilmente teria ganho de causa, pois houve uma anistia, fruto do consenso nacional, que extinguiu a punibilidade de casos que digam respeito àquele período.

Estado – O senhor continua no cargo no segundo mandato?

Gregori – Olha, essa pergunta deve ser feita no Palácio do Planalto.

Estado – Mas o senhor é muito amigo do presidente.

Gregori – Amizade não é cadeira cativa. Ele é quem vai decidir. Eu acho que, imodestamente, dei conta do meu recadinho nos quatro anos. Gostaria de continuar. Tem muita coisa para ser feita. Olha, eu gostaria que houvesse aí uma colaboração da secretaria, alguma coisa de realmente grande e dramática na área da criança e do adolescente, sobretudo os que estão em situação de risco.

Estado – Que outros projetos o senhor pretende desenvolver?

Gregori – A reforma das polícias. Pretendo que se estenda para mais dez Estados uma experiência positiva que nós estamos fazendo no Rio e em Brasília, do serviço civil voluntário. Durante nove meses, os dispensados do serviço militar recebem noções de cidadania, direitos humanos e qualificação profissional. Recrutamos nessa primeira experiência rapazes e moças de extratos marginalizados.

Estado – O governo brasileiro, por meio da comissão de desaparecidos, reconheceu a responsabilidade do Estado por muitos manifestantes políticos mortos na ditadura. O senhor acha que essa questão está resolvida?

Gregori – Tudo o que foi feito em matéria de lei e mesmo de conduta política de todos os setores nos últimos dez anos, que assinala a transição brasileira, foi feito com a legitimação de que isso correspondia à vontade maciça do povo brasileiro. Acidentalmente você pode, por exemplo, ter cometido injustiças porque a Lei dos Desaparecidos fixou prazos. Eventualmente, alguém pode ter ficado de fora, em situação de injustiça. Então é possível que venha uma lei dando um prazo maior. Os aspectos adjetivos ainda comportam modificações.

Estado – Por que o senhor acha que está ganhando esse prêmio da ONU?

Gregori – Acho que é um reconhecimento da luta de todo um povo diante dos direitos humanos, isso materializado na criação do Programa Nacional dos Direitos Humanos.

TTRIBUNAL
UNIVERSAL
PENAL JULGARÁ
DITADORES

CRIME CONTRA
DIREITOS
HUMANOS DEVE
SER FEDERALIZADO